

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

NÚBIA VANESSA STORT SILVA

O PAPEL DO DOCENTE FACE AS TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

ANÁPOLIS  
2018

NÚBIA VANESSA STORT SILVA

O PAPEL DO DOCENTE FACE AS TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob orientação da Profa. Me. Allyne Chaveiro Farinha.

ANÁPOLIS

2018

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

NÚBIA VANESSA STORT SILVA

O PAPEL DO DOCENTE FACE AS TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob orientação da Profa. Me. Allyne Chaveiro Farinha.

Data da Aprovação: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Me. Allyne Chaveiro Farinha  
**ORIENTADOR**

---

Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel  
**CONVIDADO**

---

Prof. Me. Halan Bastos Lima  
**CONVIDADO**

# O PAPEL DO DOCENTE FACE AS TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

Núbia Vanessa Stort Silva<sup>1</sup>  
Allyne Chaveiro Farinha<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente teve por intuito investigar o papel do docente em face das transformações do Ensino Superior. Identificando as habilidades e competências que este profissional teve que desenvolver a fim de atender as necessidades de seu novo público discente. Para tanto, optou-se por realizar, neste trabalho, uma abordagem de caráter teórico bibliográfico sobre docência no Ensino Superior ressaltando sobre o perfil do profissional formador ou informador. O estudo mostrou que o Ensino Superior foi erigido no Brasil por meio de muitas mudanças e conquistas ao longo da história, marcadas pela presença política que desenvolveu estratégias e mecanismos de ampliação e moldaram a atuação docente. Mesmo assim ainda há muito a ser melhorado, visto que muitas vezes o discente chega ao Ensino Superior com muitos déficits em sua formação. Assim, espera-se que o docente se adapte a fim de atender a atual demanda, seja fortalecendo o ensino aprendizagem, seja aprendendo a usar as novas tecnologias a favor do ensino, seja moldando suas atitudes e se qualificando para construir um ensino de qualidade e que atenda todos os modelos atuais de educação.

**Palavras-chave:** Papel Docente. Ensino Superior. Transformações.

## 1 INTRODUÇÃO

O Ensino Superior sofreu inúmeras mudanças a partir da década de 2000, dentre elas, pode-se destacar o aumento das matrículas, de instituições de Ensino

---

<sup>1</sup> Bacharel em Enfermagem - Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, Especialista em Enfermagem do Trabalho - Faculdade Lions. Atuou como docente nas áreas de Enfermagem e Segurança do Trabalho supervisionando estágio na rede hospitalar. Atualmente supervisiona o desenvolvimento de ações em saúde ocupacional e engenharia de segurança. Gestão de contratos e responsabilidade técnica em resíduos em serviços de saúde. Membro do Comitê de Humanização do Hospital de Urgências de Anápolis Drº Henrique Santillo. Experiência em perícias judiciais. E-mail: nvstort@gmail.com

<sup>2</sup> Licenciada em História - Universidade Estadual de Goiás (2010), Licenciada em Pedagogia - Universidade Estadual Vale do Acaraú (2014), Mestre em História - Universidade Federal de Goiás (2012). Docente de História da Arte no Colégio Adonai, e Faculdade Católica de Anápolis - Pedagogia, Administração, Gestão Ambiental e Recursos Humanos. E-mail: allyne.chfarinha@gmail.com

Superior, a existência de ensino na modalidade presencial e a distância, novas tecnologias de aprendizagem, políticas públicas de ingresso nas faculdades, universidades tanto particulares quanto nas estaduais e federais em todo o país. As bolsas de estudo possibilitaram a população de menor poder aquisitivo ingressar no Ensino Superior aumentando consideravelmente o número de matrículas nas instituições credenciadas a esses programas governamentais (SPELLER; ROBI; MENEGHEL, 2012).

Diante desse atual panorama é importante discutir essas mudanças e suas implicações na atuação docente, sendo fundamental verificar as alterações necessárias para atender a demanda desse público heterogêneo que cresceu nas últimas décadas.

O docente que atua hoje precisou moldar sua didática, aprender novas tecnologias, desenvolver habilidades e competências voltadas a nova realidade do Ensino Superior. Cada vez mais torna-se necessário um novo perfil de docente universitário para atender a realidade das Instituições de Ensino Superior (IES). O processo para tornar o professor reflexivo sobre sua própria prática pedagógica demanda projetos que envolvam os docentes em encontros contínuos é aproximar os professores de metodologias inovadoras, que tenham possibilidade de discutir sobre elas, possam aplicá-las e ter com seus pares momentos de avaliação sobre as novas experiências realizadas. A qualificação pedagógica dos professores universitários deve levar em consideração alguns pressupostos essenciais nesse processo.

Nesse contexto, buscou-se investigar o papel do docente em face das transformações do Ensino Superior. Identificando as habilidades e competências que este profissional teve que desenvolver a fim de atender as necessidades de seu novo público discente.

Para tanto, optou-se por realizar, neste trabalho, uma abordagem investigativa de caráter teórico bibliográfico sobre docência no Ensino Superior espaço ressaltando sobre o perfil de profissional formador ou informador. A docência é tratada, portanto, como área focal do estudo em questão, cujo objetivo principal é investigar elementos básicos na construção de competências e habilidades, compreendidas como mediações essenciais na qualificação da prática do professor universitário.

Utilizou-se a modalidade de estudo bibliográfico que se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais. O estudo descritivo exploratório visa à aproximação e familiaridade com o fenômeno objeto da pesquisa, descrição de suas características, criação de hipóteses e apontamentos, e estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas no fenômeno (GIL, 2005).

Para melhor sistematização da pesquisa, inicialmente apresenta-se um Panorama do Ensino Superior do Brasil, abordando um histórico do Ensino Superior e suas transformações atuais, e posteriormente expõe-se sobre a profissionalização docente em uma perspectiva histórica, bem como apresentando as habilidades e competências requeridas no novo panorama educacional.

Esta pesquisa não pretende esgotar a temática abordada, podendo ser utilizada como fonte de pesquisa, contudo suscita que novos trabalhos sejam elaborados para uma abordagem mais ampla.

## **2 O PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

### **2.1 HISTÓRICO**

No Brasil, até 1792, os sacerdotes Jesuítas desenvolveram atividades escolares de catequese de indígenas. Durante esse período foram criados colégios e seminários, hospitais e santas casas de misericórdia. A Universidade de Coimbra, foi considerada a “primeira universidade” do Brasil, pois era nela que se graduavam, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Nos primeiros séculos existiram as escolas de formação profissional, as academias militares e escolas de formação variadas. Em 1801, o Hospital de Vila Rica, onde se aprendia especialidades médicas. Em 1808, a Escola de Cirurgia que tornou-se a Academia Médico Cirúrgica da Bahia, e outra no Rio de Janeiro, hoje atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1827, Cursos Jurídicos em São Paulo que formaram a Faculdade de Direito ainda em funcionamento. No mesmo ano em Olinda, Cursos Jurídicos que formaram a Faculdade Federal de

Pernambuco. Em 1895, a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, a Escola de Engenharia em 1896 e outras escolas que formaram a Universidade de Porto Alegre, hoje, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (VAINFAS, 2002).

Em 1889 ocorreu a Proclamação da República permanecendo a criação de Faculdades em outros Estados. Em 1891, a Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Em 1892, a Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Em 1893 a Escola Politécnica de São Paulo. Em 1896 a Escola de Engenharia Mackenzie de São Paulo e em 1898 a Faculdade de Direito de Goiás (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Vale ressaltar que, de 1808 a 1934, o Ensino Superior no Brasil formava apenas profissionais de Direito, Medicina e Engenharia (SAMPAIO, 2000).

Com efeito, naquela época não havia docentes gabaritados no Brasil, a maioria, vinham de outros países para ministrar os cursos aqui. O que dificultou o surgimento, implantação de vários cursos e faculdades no país.

No século XX foram criadas as primeiras universidades da fusão de várias faculdades. Em 1909 a Universidade da Amazônia em Manaus, em 1912, a Universidade Federal do Paraná em Curitiba e em 1920 a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir desse marco surgem outras faculdades, institutos tecnológicos e de pesquisa. Em 1934, a Universidade de São Paulo foi a precursora em Ensino-Pesquisa-Extensão com corpo docente quase todo importado. Após a segunda guerra, em 1948, foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- SBPC para pesquisas. Em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, para coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – encarregada da formação de docentes e pesquisadores. Em 1961, a Universidade de Brasília – UnB. Em 1965, a CAPES inicia a regulamentação da Pós-graduação, aprovando 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado. Em 1976, o Brasil detinha 490 cursos de Mestrado e 183 de Doutorado, que em 2006, já somavam 2.344 mestrados e 1.288 doutorados e em 2015, dispomos de 3.165 cursos de mestrado acadêmico, 579 cursos de mestrado profissionalizante e 1.945 cursos de doutorado reconhecidos pela CAPES (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Na década de 1980 a matrícula no ensino superior cresceu cerca de 10% apenas, enquanto que, entre 1990 a 1999 houve um crescimento acelerado nas

matriculas no ensino superior. De 1990 a 1994, aumentou continuamente 4% ao ano, sendo notado crescimento acelerado a partir de 1997. De acordo com o Censo Escolar do MEC, havia, em 1996, “cerca de 5,3 milhões de alunos, na faixa etária de 18 a 24 anos, matriculados em outros níveis de ensino que não o superior. Ou seja, o equivalente a cerca de três vezes o total de matriculados no ensino superior, naquele mesmo ano” (CORBUCCI, 2001, p. 106).

Os anos de 1980 também foram marcados pelo financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que na época eram subordinadas a decretos que proibiam servidores efetivos e ampliação do quadro docente, nesse contexto surgiu a figura do professor substituto. Com isso, ocorreu a greve de 35 mil professores, resultou em medida do governo que criou o Plano de Carreira do Magistério e enquadrou todos os professores admitidos até 31/12/1979 como efetivos. Em 1983, a Emenda Calmon vinculou 13% da arrecadação de impostos da União ao orçamento da Educação. Em 1985 foi elaborado um plano de cargos e salários para as FIES fundacionais. Em 1987 foi aprovado Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) e em 1988 com a Nova República, a nova Constituição Federal inclui o artigo 212 que institui a vinculação mínima de 18% da receita resultante de impostos arrecadados pela União destinada ao setor educacional (CORBUCCI, 2002).

A Figura 1 apresenta a situação do Ensino Superior no Brasil até 2013, onde a iniciativa privada abarcava 87,4% das Instituições de Ensino Superior, destes, 66,2% de cursos pertencentes a iniciativa privada, portanto, representava 89,0% das vagas disponíveis. Apesar de 55,14% dos candidatos as vagas preferir o Ensino Superior Público, apenas 19,38% conseguem ingressar.

Figura 1: Situação do Ensino Superior em 2013 entre IES públicas e privadas

<b>ENSINO SUPERIOR NO BRASIL 2013</b>			
	<b>PÚBLICO</b>	<b>PRIVADO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>-IES</b>	301	2.089	2.390
<b>-CURSOS</b>	10.850	21.199	32.049
<b>-Vagas</b>	577.974	4.490.168	5.068.142
<b>-Vagas/Curso</b>	53	212	158
<b>-Candidatos</b>	7.375.371	5.999.068	13.374.439
<b>Candidato/vaga</b>	13	1,3	2,6
<b>-Ingressos</b>	531.846	2.211.104	2.742.950
<b>-% vaga ocupada</b>	92,0%	49,2%	54,1%
<b>-% candidatos/Ingressos</b>	7,2%	36,9	20,5%
<b>-Matrículas</b>	1.932.527	5.373.450	7.305.977
<b>-Evasão</b>	453.247	2.132.849	2.586.096

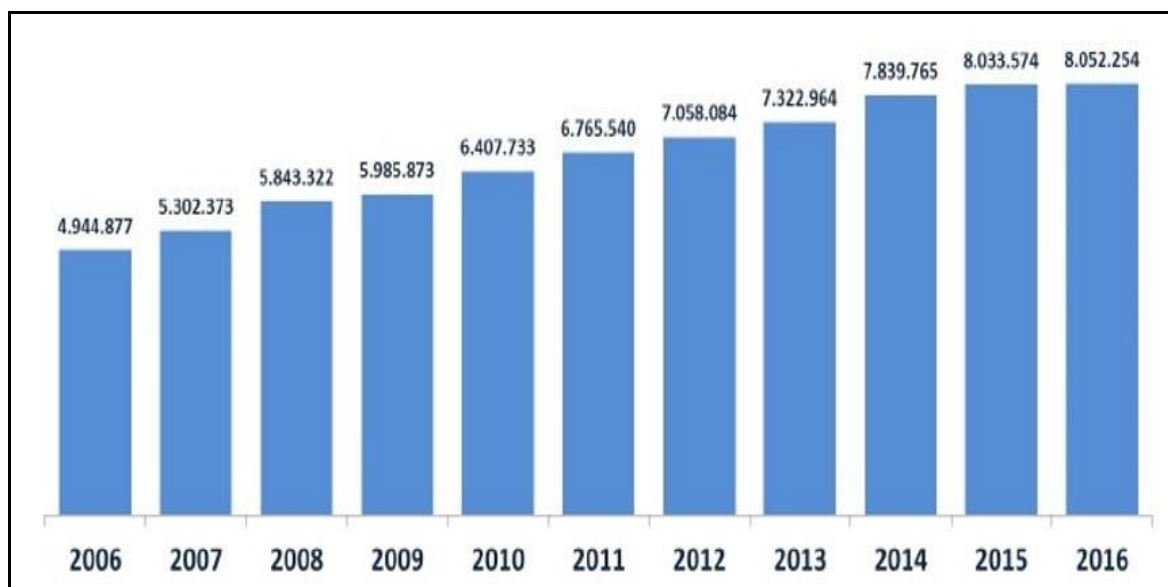


% evasão	23,5%	39,7%	35,4%
Concluintes	229.278	761.732	991.010

Fonte: Humerez; Jankevicius, 2015.

O ensino superior passou por mudanças importantes nas últimas décadas, sendo a mais relevante, o aumento do número de matrículas, conforme dados do Censo da Educação Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão associado ao Ministério da Educação (MEC), referente ao período de 2006 a 2016, apresentado no Gráfico 1:

**Gráfico 01** – Número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial), Brasil – 2016:



Fonte: BRASIL, INEP, 2017, p. 05.

Essas matrículas são predominantes nas universidades (57,7%), em seguida nas faculdades (26,7%), centros universitários e institutos federais (17,6%), e centros federais de educação tecnológica (2%).

Apesar do aumento das vagas e do ingresso nas IES, o número de pessoas formadas ainda é muito pequeno se comparado ao número de vagas disponíveis, sendo preenchidas cerca de 37% apenas. Nesse sentido, o governo federal criou programas para incentivar o ingresso, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Atualmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012) registrou uma taxa de escolaridade bruta no ensino universitário de 28,7% e a taxa de escolarização líquida (% de pessoas de 18-24 anos matriculados no Ensino Superior em relação à população na faixa etária de 18-24 anos) de 15,1%. O Plano Nacional de Educação (PNE) atual (2014-2024) prevê na meta 12, elevar a taxa bruta para 50% e a líquida para 33%, além de elevar para pelo menos 40% das novas matrículas no Ensino Público. Atualmente este percentual é 27% e 73% das matrículas é privada (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

A seguir será apresentado as mudanças relevantes após a existência desses programas estudantis criados para oferecer oportunidade a todos de ingressar nas IES em todo território nacional.

## 2.2 TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DAS BOLSAS

Nas décadas de 1960 e 1970 a educação brasileira era pautada na formação de pessoas das camadas superiores, visto que necessitavam de formação para desenvolver atividades político-burocráticas e das profissões liberais devido a expansão do setor privado. Com isso, o número de IES aumentou significadamente e o número de matrículas especialmente para cursos de Direito, Administração e Pedagogia (QUEIROZ et al., 2013).

Nos anos 90, o governo de Fernando Collor de Melo, pautado na economia globalizada, criou um programa para atender a seguinte demanda: “a) formação de profissional não voltada para a geração de riquezas; b) pequena formação na área de ciências exatas; e (c) gasto excessivo com o ensino superior em detrimento dos demais níveis de ensino” (CORBUCCI, 2000, p. 10).

Para tanto buscou ampliar o acesso as IES, promover o respeito à autonomia das universidades, estimularem a pesquisa, ampliar os programas de pós-graduação, capacitar e valorizar os docentes. No governo Itamar Franco a educação assume a condição de “poderoso instrumento de promoção social, tendo como objetivo a preparação do país para um novo paradigma de desenvolvimento” (CORBUCCI, 2000, p. 10).

Em 2004, o governo criou o Programa Universidade para Todos PROUNI que foi implantado pela Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). Trata-se de um programa de concessão de bolsas de estudos integrais e/ou parciais para ingresso em cursos de graduação e sequenciais em IES privadas e estudantes

egressos das redes públicas e particulares de ensino médio na condição de bolsistas integrais com renda familiar máxima de três salários-mínimos. Até 2010 estima-se que foram atendidos cerca de 718 mil estudantes e desses 70% com bolsa integral em 1400 IES, sendo os cursos 89,2% presenciais e 10,8% a distância. Além disso, o PROUNI também tem um percentual de bolsas para afrodescendentes, indígenas e pessoas portadoras de deficiências conforme quantidade desses em cada Estado brasileiro. Em 2007, foi implantado pelo Decreto n. 6096, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, no qual o Ministério da Educação – MEC, por meio do Plano Nacional de Educação ofertar o ensino superior a no mínimo 30% dos jovens entre 18 e 24 até o final da década, com percentual de execução de 98% (QUEIROZ et al., 2013).

Apesar da democratização do acesso ao ensino superior ter sido fator preponderantemente positivo para muitos brasileiros de baixa renda, a qualidade diminuiu, conforme afirma Simões e Mello Neto (2012, p. 09):

[...] considerando-se que estes estudantes são, na maioria dos casos, a primeira geração da família a ter acesso ao ES e que este acesso sempre foi tido como um sinônimo de empregabilidade e ascensão social, o investimento público em criar vagas num setor – em boa parte - com qualidade reconhecidamente baixa, e que tem a possibilidade de, propositalmente, apenas ofertar bolsas em cursos de baixo prestígio, pode significar a manutenção de uma espécie de exclusão social, reforçada pela frustração de ter uma “oportunidade” e não ter conseguido aproveitá-la. Se antes poucos tinham acesso às vagas no ES, diante de uma política de acesso a estudantes de baixa renda majoritariamente focada no uma lógica mercantil, poucos destes terão acesso às boas vagas no ES – colocando grande parte dos ‘ProUnistas’ em situação subjugada, comparáveis até mesmo com aqueles sem diploma superior.

Ademais, não basta oferecer vagas nas IES é preciso dar condições de continuidade no curso, um bom desenvolvimento acadêmico, garantir a qualidade do ensino e da formação profissional. “Nesse sentido, a inclusão social se insere entre os temas prioritários do discurso político contemporâneo, como instrumento de constituição da cidadania e de consolidação da democracia” (ARRUDA, 2011, p. 508).

Essas mudanças ao longo das décadas proporcionaram o ingresso de muitos estudantes no ensino superior, contudo, mesmo com tantas providências e políticas públicas ainda existem vagas não preenchidas, além disso, muitos entram e não concluem o curso escolhido.

### 3 PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE UNIVERSITÁRIO

#### 3.1 LEGISLAÇÃO

A profissionalização docente é fator indispensável para a prática educacional, visto que seu trabalho é lidar com pessoas, despertar a capacidade de engajar-se no mercado de trabalho. Educar é um processo de humanização, não se limita apenas a transferir conhecimentos. Foram necessárias muitas mudanças na legislação para que nossos docentes alcançassem a formação adequada para atuar no ensino superior (DASSOLER; LIMA, 2012).

Os art. 61 e 62 da Lei n. 9394, de 20 de setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelece diretrizes sobre a formação dos profissionais da educação, *in verbis*:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Portanto, a LDB determinou os termos para formação de educadores e ainda indicando a necessidade de educação continuada para docentes, determinando a necessidade de teoria e prática, além do aproveitamento anterior para sua formação profissional.

Para promover a qualidade no ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) na função de avaliar, regular e supervisionar, instituiu o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que no período de 2003 a 2010 criou indicadores de qualidade das IES e dos cursos. Além disso, com base nesses indicadores o MEC tem autonomia para determinar quais instituições podem participar PROUNI e do FIES, visto que, tornou quesito as instituições e os cursos apresentar indicadores satisfatórios nas avaliações. Para garantir a transparência

em todas as informações foi criado um ambiente virtual em que as instituições se cadastram e o público geral tem acesso as avaliações anuais (BRASIL, 2010).

A Lei nº 10.861, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) em 2004, para a avaliação sistemática das instituições de educação superior, dos cursos superiores e do desempenho dos estudantes. Por meio do Sinaes, os indicadores de qualidade passam a contemplar aspectos como ensino, pesquisa, extensão, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e infraestrutura, entre outros. Esta avaliação é de responsabilidade do INEP sob coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) (CORBUCCI, 2002).

Conforme Decreto 94.664/87 e Medida Provisória 295/06, os professores dentro do plano de carreira acadêmica tem cinco (5) classes: professor auxiliar, professor assistente, professor adjunto, professor associado e professor titular. O ingresso na carreira acadêmica em instituições públicas ocorre por concurso público de provas e títulos, inicialmente como professor auxiliar, assistente ou adjunto, e a progressão na carreira ocorre a cada dois (2) anos por meio de avaliação de desempenho funcional e aquisição de novos títulos. Vale ressaltar, que o ápice da carreira exige vasto conhecimento e notória atividade profissional, sendo necessário títulos de pós doutor ou livre docente.

A LDB institui que as faculdades/universidades devem ter, no mínimo, um terço de profissionais com mestrado ou doutorado. Contudo, em maio de 2017, o Senado Federal aprovou nova proposta do PL 706/2007 para que 50% dos professores sejam qualificados. Visto que, a formação dos docentes é importantíssima para o desenvolvimento de um ensino de qualidade. Entretanto, cabe ressaltar que a titularidade não está diretamente relacionada a um bom desenvolvimento didático.

Nesse sentido, discute-se a partir de agora o perfil docente, visto que essa profissão exige muito do profissional já que ele é responsável pela mediação do conhecimento.

## **4 PERFIL DOCENTE**

### **4.1 DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA: PERCURSOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

A educação em nosso país apresenta-se como um dos maiores problemas sociais enfrentados pela população. Este problema se agrava a cada dia mais, uma vez que sua origem é estrutural, isto é, o modo como nosso sistema educacional está constituído permite o surgimento de diversos outros problemas que entram o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos educandos. Tal quadro negativo reflete-se com maior ênfase no ensino superior, visto que, é na formação de profissionais realmente habilitados para trabalhar com outros alunos que o problema se agrava (PIANA, 2009; SCHUWARTZMAN, 2002).

Cabe aqui ressaltar que o sistema de educação superior no Brasil foi organizado na tradição continental europeia basicamente francesa e italiana, orientado para a habilitação profissional superior de uma pequena elite, dentro da suposição de que a grande maioria se contentaria com a educação geral na escola secundária, ou com cursos técnicos de nível médio. Schwartzman afirma que:

O caráter socialmente discriminatório dos cursos técnicos de nível médio, no entanto, acentuado pela sua má qualidade, jamais permitiu que eles se consolidassem, enquanto que o ensino clássico convencional foi se esvaziando progressivamente, pela perda de seus melhores professores e pela irrelevância de seus currículos, transformados em meros rituais de memorização e repetição, ou, no melhor dos casos, em treinamento para os exames de ingresso à universidade (SCHWARTZMAN, 2002, p. 188).

Se no passado a educação média era considerada suficiente para grande parte da população de classe média e alta e, sobretudo, para as mulheres, agora a expectativa nestes setores é que todos continuem seus estudos até a universidade e que esta, por meio de docentes universitários adequadamente formados, ofereça o ensino que a atual conjuntura social e tecnológica exige (PIANA, 2009; SCHUWARTZMAN, 2002).

Sabe-se que a formação de professores se faz através das licenciaturas universitárias, que são normalmente divididas em duas partes. Por um lado, os estudantes adquirem seus conhecimentos específicos nos respectivos departamentos (de matemática, física, química, ciências sociais etc.); por outro, o conhecimento pedagógico é proporcionado pelas Faculdades de Educação (os que não pretendem se habilitar para o magistério podem obter um título de “bacharel” na respectiva habilitação). Não há nenhuma evidência de que as disciplinas pedagógicas requeridas para as licenciaturas sejam efetivamente úteis para os

futuros professores que geralmente as seguem como requisitos burocráticos<sup>3</sup>. O principal problema com a formação de professores, no entanto, é que ela é vista como uma habilitação profissional de pouco prestígio e interesse, tanto por parte dos professores e departamentos universitários quanto pelos estudantes (BISPO; SANTOS JUNIOR, 2014; CRUZ; MAGALHÃES, 2017).

A consequência geral deste quadro é que o ensino superior brasileiro não está formando professores na quantidade e qualidade necessárias para um sistema de educação básico em expansão. A solução do problema não é simples. O trabalho de formação de professores não é considerado prioritário nos departamentos de orientação mais científica e acadêmica, muitos dos quais prefeririam ter esta atividade transferida para as faculdades de educação. No entanto, esta transferência poderia ter resultados ainda mais problemáticos, tanto pela seleção negativa quanto pelos problemas inerentes à tradição pedagógica das antigas faculdades de filosofia e de educação. Fica bastante claro, de qualquer forma, que não haverá espaço para melhorias significativas se a atividade de ensino não se tornar mais atraente, através de salários mais altos e do envolvimento mais ativo das novas gerações (SIMÕES; MELLO NETO, 2012; BISPO; SANTOS JUNIOR, 2014; CRUZ; MAGALHÃES, 2017).

Ademais, a formação do docente precisa formar preceitos de didática, e não simplesmente o conteúdo de sua formação profissional e prática. “Os profissionais da educação precisam ter um pleno domínio das bases teóricas científicas e tecnológicas, e sua articulação com as exigências concretas do ensino, pois é através desse domínio que ele poderá estar revendo, analisando e aprimorando sua prática educativa” (LIBÂNEO, 2002, p. 28).

A didática na formação docente é indispensável, pois por meio dela se consolidam teoria e prática. Ela desenvolve no docente habilidades e competência para lidar com a diversidade encontrada na sala de aula.

A didática oferece um suporte seguro para a realização de estratégias, que visam possibilidades para uma nova reflexão-ação, atenuando os reais empecilhos impregnados no processo ensino-aprendizagem e consolidando teoria e prática no trabalho docente (BASTOS, 2017, p.6).

---

<sup>3</sup> Veja o trabalho de Marília Pontes Espósito, *Estudo Exploratório sobre o destino ocupacional, expectativas e desempenho profissional dos graduados em Pedagogia*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Núcleo de Estudos de Sociologia da Educação, Departamento de Filosofia e Ciências da Educação, 1987, mimeografado

Nesse sentido, percebe-se que há uma estreita relação entre a qualidade de ensino na universidade e o trabalho docente realizado em sala de aula. A premissa é muito simples: o núcleo de uma instituição universitária é a qualidade e eficácia dos processos de ensino e aprendizagem que, alimentados pela pesquisa, promovem melhores resultados de aprendizagem dos alunos (MACHADO; COSTAS, 2013).

#### 4.2 COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Toda essa nova configuração que se apresenta aponta para a mudança no trabalho a ser realizado pelas instituições universitárias e, conseqüentemente, no perfil necessário a seu professor. Cada autor, ao tratar da formação de professores, da avaliação das qualidades de seu trabalho ou das características que apresentam os “bons professores”, apresenta um conjunto de características que deveriam ser levadas em conta no processo de desenvolvimento do professor (seja em programas de formação ou individualmente).

Para Benedito, Ferrer e Ferreres (1995 apud SILVA FILHO, 2013), o professor universitário é um tipo de profissional que realiza um serviço à sociedade através da universidade. Deve, para tanto, ser reflexivo, crítico, competente no âmbito de sua disciplina, capacitado para exercer a docência e para realizar atividades de pesquisa. Deve tentar desenvolver uma atividade docente comprometida com a ideia de potencializar a aprendizagem dos estudantes e contribuir com a melhoria da sociedade, buscando que o conhecimento construído nas aulas, workshops e laboratórios seja relevante para a formação teórica e prática dos estudantes.

Segundo os autores supracitados o professor deverá, ainda, preparar os alunos para que estes possam, cada vez com mais autonomia, avançar em seus processos de estudo e na interpretação crítica do conhecimento e da sociedade ao passo que adquirem uma capacitação profissional.

Marcelo Garcia (1999) salienta que, em geral, na tentativa de estabelecer-se um perfil desejável de professores universitários leva-se em conta as dimensões: cognitiva (níveis de pensamento promovidos nos alunos), socioemocional (críticas, elogios, iniciação, resposta) substantiva (conteúdo das aulas), e comunicativa



(linguagem, clareza, fluidez, expressividade). Acrescenta que além dos conhecimentos específicos, os professores têm de desenvolver habilidades de conduta e cognitivas: capacidade de avaliação, resolução de conflitos, análise do contexto, além da compreensão, face à diversidade cultural, de aspectos do currículo oculto e do currículo em ação.

Num estudo acerca do que os professores universitários deveriam conhecer, Sarah Dinham destaca que o conhecimento do professor deve incluir não apenas o conteúdo a ser ensinado, mas também a “habilidade para refletir profundamente sobre o ensino assim como para agir habilmente”, 1996, p. 297). A seguir, ressalta que o professor necessita ter:

- conhecimento dos estudantes como aprendizes
- conhecimento sobre o ensino
- conhecimento da disciplina (sua substância, seu caráter, sua forma, sua lógica e sua epistemologia)
- conhecimento sobre o ensino específico da disciplina (didática da disciplina)
- conhecimento do contexto
- conhecimento de si mesmo como professor.

Para Pimenta e Anastasiou (2002, p. 103-104), a prática docente na universidade pressupõe:

- a) domínio de um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas que devem ser ensinados criticamente (isto é, em seus nexos com a produção social e histórica da sociedade); a condução a uma progressiva autonomia do aluno na busca de conhecimentos; o desenvolvimento da capacidade de reflexão; a habilidade de usar documentação o domínio científico e profissional do campo específico.
- b) considerar o processo de ensinar e aprender como atividade integrada à investigação
- c) propor a substituição do ensino que se limita à transmissão de conteúdos teóricos por um ensino que constitua um processo de investigação do conhecimento;
- d) integrar a atividade de investigação à atividade de ensinar do professor, o que supõe o trabalho em equipe;
- e) buscar criar e recriar situações de aprendizagem;
- f) valorizar a avaliação diagnóstica e compreensiva da atividade mais do que a avaliação como controle;
- g) procurar conhecer o universo cognitivo e cultural dos alunos e, com base nisso, desenvolver processos de ensino e aprendizagem interativos e participativos.

As autoras complementam que essas características do ensinar requerem, além de preparação nas áreas dos conhecimentos específicos e pedagógicos, opções éticas, compromissos com os resultados do ensino,

sensibilidade e sabedoria dos professores. Consideram que os professores devem ser capazes de construir um tipo especial de profissionalismo, no qual:

- a) promovam um aprendizado cognitivo profundo;
  - b) sejam comprometidos com uma aprendizagem profissional contínua;
  - c) aprendam a ensinar de modo diferente de como foram ensinados por seus antigos mestres;
  - d) trabalhem e aprendam com seus pares (em grupos); e) desenvolvam a capacidade de mudar, arriscar e pesquisar;
  - f) construam, nas instituições educativas, organizações de aprendizagem.
- Portanto, além do componente cognitivo, intelectual, os professores da sociedade da informação devem, a seu ver, possuir também aspectos sociais, emocionais, afetivos. Daí serem considerados como elementos de resistência a essa sociedade. Como tais, devem: a) promover a aprendizagem e o comprometimento social e emocional; b) comprometer-se com o desenvolvimento contínuo tanto do aspecto profissional quanto do pessoal; c) aprender a se relacionar, construindo ligações fortes e duradouras com as pessoas; d) trabalhar e aprender em grupos cooperativos (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 188-189).

Segundo Maria Isabel Cunha (1998, p. 97-99), há necessidade de que o professor respeite e valorize o conhecimento que o aluno traz, entenda o erro como parte integrante do processo de aprender, resgate o prazer do aprender, busque envolver o aluno na produção de conhecimento e na elaboração de trabalhos coletivos, desenvolva seu trabalho a partir da integração entre ensino pesquisa e da relação teoria prática, buscando implementar a reflexão e discussão de problemas reais, entenda que os conhecimentos produzidos são apenas sínteses provisórias e não a “verdade definitiva sobre os fatos”, ajude a promover a interdisciplinaridade, ou em suas palavras “que cada ciência, para se configurar como significativa tem de se deixar penetrar por outras áreas e formas de conhecimento”, e busque novas formas de organizar seu ensino e de realizar o processo de avaliação.

A autora enfatiza, também, a necessidade de que o professor promova a vinculação dos conteúdos acadêmicos com o contexto histórico político-social mais amplo, possua conhecimento da história de sua área científica, sabendo identificar motivações e interesses que foram definidores do conhecimento através dos tempos; e promova a interpretação dos fatos da atualidade ligando-os ao seu campo científico e aos compromissos com a cidadania.

Percebe-se, portanto, que as características necessárias aos professores universitários hoje, extrapolam – e muito – os limites do conhecimento aprofundado da matéria de sua especialização e a aquisição de habilidades necessárias à condução de pesquisas, e seguem-se a dimensões muito mais amplas, que levam a

argumentar em favor da importância da formação pedagógica do professor universitário.

Por fim, cabe ressaltar que a análise realizada abre, também, a possibilidade de novos questionamentos, instigando a continuidade da discussão a respeito da formação pedagógica do professor universitário, assim como do ensino de graduação e pós-graduação, visto que o mundo nos dias atuais exige um profissional formador e não informador, para isso é necessário que se busque um perfil que atenda as exigências do mundo contemporâneo.

#### 4.3 O PROFESSOR INOVADOR E AS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

Quando se pensa, existe a possibilidade de se questionar e com o questionamento a possibilidade de mudar. Todo ser, porque é inacabado, é passível de mudança, progresso, aperfeiçoamento. E isso só é possível a partir de uma reflexão sobre si mesmo e suas ações. A avaliação da prática leva a descobrir falhas e possibilidades de melhoria. Quem não reflete sobre o que faz acomoda-se, repete erros e não se mostra profissional (BOLFER, 2008).

No caso do professor, isso assume conotação mais grave. Ele lida com pessoas que podem ser afetadas por uma conduta inadequada e conceitos errôneos. O professor crítico reflexivo nunca se satisfaz com sua prática, jamais a julga perfeita, concluída, sem possibilidade de aprimoramento. Está sempre em contato com outros profissionais, lê, observa, analisa para atender sempre melhor ao aluno, sujeito e objeto de sua ação docente. Se isso sempre foi verdade e exigência, hoje, mais do que nunca, não se atualizar é estagnar e retroceder (HIPOLITTO, 1999; CORRÊA, 2018).

Um professor inovador é aquele que está sempre buscando uma forma nova de trabalhar os conteúdos aos alunos. Quando o professor está refletindo ele tem a oportunidade de melhorar o que está sendo feito, rever acontecimentos. Um docente inovador é aquele que busca o diálogo, a formação continuada, o aprimoramento e atualização de sua metodologia, abrir para o diálogo com outras fontes de produção de conhecimento e de pesquisa onde os professores já se reconhecem como os únicos detentores do saber a ser transmitido, mas como um dos parceiros a quem compete compartilhar seus conhecimentos com outros e

mesmo aprender com outros, inclusive com seus próprios alunos. É um novo mundo, uma nova atitude, uma nova perspectiva na relação entre o professor e o aluno no ensino superior. (RIOS; GHELLI; SILVEIRA, 2016; CORRÊA, 2018).

O docente inovador é aquele que se potencializa, ou seja, se capacita com aprimoramento pedagógico, com visão empreendedora, uma vez que os alunos precisam estar preparados, tendo um perfil empreendedor. Outro aspecto a ser considerado é com relação ao conceito de competência. Competência é um conjunto de atitudes que permitem a uma pessoa ter êxito em relação a uma determinada atividade (OLIVEIRA JÚNIOR; PRATA-LINHARES; KARWOSKI, 2018; CORRÊA, 2018).

A atual educação articulada a necessidade do domínio de certas competências desafia os educadores de tal sorte que os mesmos precisam considerar em sua prática os pilares da educação. Segundo Antunes (2004), o educador deve organizar-se buscando quatro aprendizagens essenciais, as quais serão como uma bússola segura ao longo da vida. Essas aprendizagens seriam:

- Aprender a conhecer – isto é adquirir as competências para a compreensão, incluindo o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento;
- Aprender a fazer – enfatiza a questão da formação profissional e o preparo para o mundo do trabalho;
- Aprender a viver juntos, a viver com os outros – é essencial que os professores tenham coragem de desvestir a escola de sua fisionomia de quartel e deixar de ser um disfarçado campo de competições para aos poucos, ir se transformando em um verdadeiro centro de descoberta do outro e também um espaço estimulador de projetos solidários e cooperativos, identificados pela busca de objetivos comuns;
- Aprender a ser – significa que todo o ser humano deve ser preparado inteiramente espírito e corpo, inteligência e sensibilidade, sentido estético e responsabilidade pessoal, ética e espiritualidade – para elaborar pensamentos autônomos e críticos e também para formular os próprios juízos de valores, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir em diferentes circunstâncias da vida.

Ressalta-se ainda que hoje o docente lida com um novo desafio em sala de aula: o aluno alienado nas mídias sociais, que não lê, não busca o conhecimento, vem totalmente despreparado para o ensino superior, especialmente porque muitos não tiveram oportunidade de aprender no ensino médio a desenvolver pensamento crítico e reflexivo, hábito de leitura e escrita. Essas falhas demandam um novo modelo de ensino-aprendizagem, o qual o docente deve criar meios, estratégias

para usar a mídia como ferramenta de ensino, para que o discente desperte o desejo de se tornar um profissional capacitado (COSTA, 2015).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa investigou o papel do docente em face das transformações do ensino superior e buscou identificar as habilidades e competências que este profissional teve que desenvolver a fim de atender as necessidades de seu novo público discente.

Falar da atuação docente remeteu a abordagem histórica sobre o ensino superior no Brasil, que remonta acontecimentos desde os primeiros séculos após o descobrimento. Ficou claro que ao longo dos primeiros séculos o ensino era profissionalizante, havia escolas militares e outros cursos que formavam pessoas em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia. No decorrer da história nos Estados brasileiros foram sendo implantadas faculdades e posteriormente universidades, o governo federal desenvolveu programas sociais para incentivar e proporcionar o ingresso de pessoas de todas as classes sociais e etnias aumentando o número de matrículas, porém nota-se que o ensino perdeu a qualidade, sendo necessária exigência de profissionais mestres e doutores nas instituições de ensino superior buscando maior qualificação dos profissionais. Vale lembrar que durante muito tempo essa preocupação com a qualificação dos professores foi remetida e questionada sendo ampliada a rede de ensino em cursos de pós graduação, mestrados e doutorados aumentando significadamente o número de profissionais qualificados.

Nota-se que mesmo após tantas mudanças no panorama educacional o ensino não tem sido reconhecido como de qualidade. Outros fatores são relevantes, pois o docente também necessita de um perfil apropriado para atender a demanda, haja vista que hoje com tantas tecnologias disponíveis, muitos profissionais não usam adequadamente ou não tem as ferramentas certas para propiciar mais agilidade e moldar sua didática a fim de melhorar a aprendizagem especialmente no ensino superior.

Mostra-se indispensável um novo modelo de docência, ou seja, o docente deve ser crítico, reflexivo, pesquisador, criativo, inovador, questionador, articulador,

interdisciplinar e saber praticar efetivamente as teorias que propõe a seus alunos. É ele quem prepara o aluno para ser pesquisador por excelência, um acadêmico curioso, criativo e reflexivo. Ao buscar a inovação, questionar suas ações, ser crítico e criar o hábito da leitura das informações seja pelos livros, seja por acesso aos meios informatizados. Ação – Reflexão – Ação: ao encontrar a informação o docente deve ser capaz de analisá-la, criticá-la, refletir sobre ela e ter competência de elaboração própria com os referenciais pesquisados. Além disso, precisa saber elaborar projetos criativos e ter habilidade para defendê-los (BEHRENS, 2004).

## 6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Como desenvolver competências em sala de aula**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

ARRUDA, A. L. B. **Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo**. Espaço do Currículo, v. 3, n. 2, pp.: 501-510, set., 2011.

BASTOS, M. J. **A Importância da Didática na Formação Docente**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, v. 14, pp.: 64-70, jan., 2017.

BEHRENS, M.A. **A formação pedagógica e os desafios do mundo moderno**. In: M.T 2004.

BENEDITO, A. V.; FERRER, V.; FERRERES, V. **La Formación universitária a debate**. Barcelona: Publicaciones Universitat de Barcelona, 1995. In.: SILVA FILHO, R. B. **Formação pedagógica de educadores da educação superior no Brasil: Algumas implicações**. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.4, n.1, jul., 2013.

BISPO, F. C. S.; SANTOS JUNIOR, A. B. **O Docente do Ensino Superior: Educador ou Prestador de Serviços?** SEGeT, IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, out., 2014.

BOLFER, M. M. M. O. **Reflexões sobre prática docente: estudo de caso sobre formação continuada de professores universitários**. Universidade Metodista De Piracicaba, 2008. 238fls.

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. **Qualidade da Educação Superior**. Portal MEC, abril, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2018

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras

providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 de dez. 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dez. 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto 94.669, de 23 de Julho de 1987.** I Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 1.577.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

\_\_\_\_\_. **CNE/CEB Nº 04/2010. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010 e Parecer n. 7/2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de julho de 2010.

COSTA, C. **O papel do docente hoje é fazer parceria com os alunos.** Portal UNICAMP: Missão de professor, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-papel-do-docente-hoje-e-fazer-parceria-com-os-alunos>>. Acesso em: 10 set. 2018

CORBUCCI, P. R. **As universidades federais: gastos, desempenho, eficiência e produtividade.** Brasília: IPEA, ago. 2000. (Texto para Discussão n. 752).

\_\_\_\_\_. O ensino superior brasileiro na década de 90. In: **Políticas Sociais 2: acompanhamento e análise.** Brasília: IPEA, ano 2, fev. 2001.

CORRÊA, A. M. C. **Saberes da docência no ensino superior: interfaces entre formação e profissionalização docente.** Universidade Federal de Uberlândia, 2018. 114fls.

CUNHA, M. I. **Aula universitária: inovação e pesquisa.** In: Leite, Denise B.C. e Morosini, Marília (Orgs.). Universidade futurante. Campinas: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **O professor universitário na transição de paradigmas.** Araraquara: J.M. Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. **O bom professor e sua prática.** Campinas: Papyrus, 1989.

CRUZ, G. B.; MAGALHÃES, P. A. **O ensino de didática e a atuação do professor formador na visão de licenciandos de educação artística.** Educação e Pesquisa São Paulo, v. 43, n. 2, p. 483-498, abr./jun., 2017.

DASSOLER, O. B.; LIMA, D. M. S. **A formação e a profissionalização docente: características, ousadia e saberes.** Anais do IX ANPEDSUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

DINHAM, S. M. What college teachers need to know. In: MENGES, R. J.; WEIMER, M. (ed.). **Teaching on solid ground: using scholarship to improve practice.** San Francisco: Jossey-Bass, 1996.

GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HIPOLITTO, D. **O professor como Profissional Reflexivo.** Integração Ensino e Pesquisa, Ano V, n. 18, 1999.

HUMEREZ, D. C.; JANKEVICIUS, J. V. **Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil.** COFEN, mai., 2015. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos\\_31492.html](http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html)>. Acesso em: 15 ago. 2018

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Superior no Brasil – Notas Estatísticas,** Brasília, 2017, p. 05. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2018

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação.** Brasília, DF: 2010. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: 30 maio 2010.

LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, C. F.; COSTAS, F. A. T. **O papel da gestão na formação inicial de professores com vistas à educação inclusiva.** Regae: Rev. Gest. Aval. Educ., Santa Maria, v. 2, n. 3, jan./jun., 2013.

MARCELO GARCÍA, C. **Formação de Professores: para uma mudança educativa.** Porto: Porto Editora, 1999.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. P.; PRATA-LINHARES, M. M.; KARWOSKI, A. M. **Formação docente no contexto brasileiro das Instituições Federais de Educação Superior.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, pp.: 52-90, jan./mar., 2018.



PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 10 set. 2018

PIMENTA, S.G, ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

QUEIROZ, F. C. B. P. et al. **Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, pp. 349-370, abr./jun. 2013.

REUNI. **Reestruturação e expansão das Universidades Federais**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2010.

RIOS, G. M.; GHELLI, K. G. M.; SILVEIRA, L. M. **Qualidades de um professor universitário: perfil e concepções de prática educativa**. Ensino Em Re-Vista, Uberlândia-MG, v.23, n.1, pp.:135-154, jan./jun., 2016.

ROBI, F.; SPELLER, P.; MENEGHEL, S.M. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

SAMPAIO, H. M. S. **O Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2000.

SILVA FILHO, R. B. **Formação pedagógica de educadores da educação superior no Brasil: Algumas implicações**. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.4, n.1, jul. 2013.

SIMÕES, J. L.; MELLO NETO, R. D. **Políticas de expansão do ensino superior no Brasil: REUNI versus PROUNI**, 2012.

SCHWARTZMAN, S. et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra / EDUSP, 1984.

VAINFAS, R. **Micro-história. Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

**ABSTRACT:** This was intended to investigate the role of the teacher in the face of the transformations in higher education. Identifying the skills and competencies that this professional had to develop in order to meet the needs of your new student audience. To this end, we decided to carry out, in this work, an investigative approach of theoretical character bibliographical study on teaching in higher education space emphasizing on the profile of a professional trainer or informant. The study shows that higher education was erected in Brazil through many changes and achievements throughout history, marked by political presence that has

developed strategies and mechanisms of expansion and shaped the teaching performance. Yet there is still much to be improved, since many times the students reaches the higher education with many deficits in your training. Thus, it is expected that the teacher adapts to meet the current demand, is strengthening the teaching learning, is learning to use the new.

**Key-Words:** Teaching Role. Higher Education. Transformations.